



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLEYTON CARDOSO

**ANÁLISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA-
CAMPUS ITAITUBA: Olhares de gestores e docentes.**

ITAITUBA-PA

2018

CLEYTON CARDOSO

**ANÁLISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA-
CAMPUS ITAITUBA: Olhares de gestores e docentes.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

ITAITUBA-PA

2018

CLEYTON CARDOSO

**ANÁLISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA-
CAMPUS ITAITUBA: Olhares de gestores e docentes.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Francisco Claudio de Souza Silva, Dr.

Orientador: _____ Nota: _____
Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof. Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 6 de Fevereiro de 2018

Dedico este trabalho a minha família em especial a minha preciosa mãe, Maria do Socorro Cardoso, por acreditado na minha capacidade, e de ter concebido total apoio durante todo período da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o ser supremo, que guiou os meus conhecimentos que fortaleceu desde o primeiro momento da minha vida até os dias de hoje, no qual merece toda adoração, sem Ele eu não seria nada. Obrigado por todas as coisas que vem do Senhor, e que seja feita a Tua vontade.

A minha mãe, por ter me apoiado durante todos os momentos, fáceis e difíceis da minha vida.

A todos meus amigos, pelo motivação e ajuda no decorrer do curso.

Ao coordenador do curso de pedagogia Prof. Dr. Francisco Cláudio S. Silva, pela paciência, amizade, apoio e instrução durante a graduação.

Ao orientador Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva, pelas instruções, sabedoria e muita paciência.

A todos os docentes que ministraram suas disciplinas com competência, responsabilidade e dinamismo, contribuindo de uma forma geral com ampliação dos meus conhecimentos.

Aos gestores, docentes e demais funcionários do Instituto Federal De Educação, Ciências E Tecnologia Do Pará - IFPA- Campus Itaituba, que se disponibilizaram a colaborar com os dados coletados.

*“Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência- tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento”.
(MEC/SETEC, 2008, p.34)*

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo analisar o processo de Implantação do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Do Pará – IFPA - Campus Itaituba. A metodologia utilizada neste estudo partiu de uma base teórica dos fundamentos da educação no Brasil, dessa forma este estudo de cunho descritivo, tem por finalidade de registrar, analisar e entender a concepção do contexto educacional nesse processo educativo. Portanto no primeiro momento foi realizado um estudo bibliográfico, abordando as etapas do processo educacional que vem desde a chegada dos Portugueses até os dias atuais. Em seguida por meio de uma coleta de dados por meio do estudo de campo através de questionários semiestruturados que contou com a participação de gestores e docentes da referida Instituição de Ensino. A pesquisa demonstrou que um dos fatores para a implantação da IFPA foi a necessidade de preparação dos jovens com cursos técnicos para suprir a demanda dos arranjos locais e regionais.

Palavras-Chaves: Educação Profissional, Implantação, Gestores, Docentes.

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Nacional

EAD – Educação á Distancia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFPA – Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Pará

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organizações Unidas

OCDE – Organizações para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCD – Pessoas Portadoras de Deficiência

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNESCO – Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura

UFPA – Universidade Federal do Pará

UEPA – Universidade Estadual do Pará

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Evolução do crescimento populacional e escolarização no Brasil, da população de 5 a 19 anos, de 1920 a 1970.....	21
QUADRO 02:	Número de estudantes, 100.000 habitantes, região, 1980-1995.	30
QUADRO 03:	Número de Estudantes (em milhões), por região, 1980-1995.....	31
QUADRO 04:	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Deficiência (2010).....	34
QUADRO 05:	Em sua opinião quais os fatores determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste de Pará?.....	39
QUADRO 06:	Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?.....	40
QUADRO 07:	Como se deu as escolhas dos cursos técnicos?	41
QUADRO 08:	Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional?	41
QUADRO 09:	Quais os objetivos institucionais?	42
QUADRO 10:	Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente.....	42
QUADRO 11:	Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA? Comente.	43
QUADRO 12:	Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?.....	44
QUADRO 13:	Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na instituição?.....	44
QUADRO 14:	O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?	45
QUADRO 15:	Em sua opinião quais os fatores determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste de Pará?.....	47
QUADRO 16:	Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?	46
QUADRO 17:	Como se deu as escolhas dos cursos técnicos?	47
QUADRO 18:	Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional?.....	48
QUADRO 19:	Quais os objetivos institucionais?	49
QUADRO 20:	Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente.	49
QUADRO 21:	Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA?	50
QUADRO 22:	Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?.....	51
QUADRO 23:	Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na instituição?.....	51
QUADRO 24:	O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 EDUCAÇÃO NO BRASIL	13
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	13
1.1.1 Breve Histórico Da Chegada Dos Portugueses Ao Brasil (Século XV E XVI).....	14
1.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA NO BRASIL A PARTIR DE 1549.....	15
1.2.1 A catequização dos nativos “índios”	16
1.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA.....	17
1.3.1 A Educação na era pombalina.....	17
1.3.2 A Educação do Império a República.....	18
1.3.3 A Educação a partir da República.....	19
1.3.4 A educação no Brasil pós 1930.....	21
1.4 EVOLUÇÃO DA GESTAO EDUCACIONAL A PARTIR DOS ANOS 1990....	22
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	25
2.1 LEGISLAÇÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	25
2.2 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	27
2.3 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR.....	29
2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	32
2.5 EAD - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	34
3 ANÁLISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA-CAMPUS ITAITUBA	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	36
3.2 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA.....	38
3.3 RESULTADO DA PESQUISA – GESTORES.....	39
3.4 RESULTADO DA PESQUISA – PROFESSORES.....	45
3.5 PROPOSTA.....	52
CONCLUSÃO	54
BIBLIOGRAFIA	55
APÊNDICES	58

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como finalidade verificar a História da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará –IFPA- Campus Itaituba. É elementar que haja processos de organizações e aquisições de uma nova identidade para instituições que trabalham com essa modalidade de ensino, principalmente após a redemocratização do ensino brasileiro, ou seja, a ampliação do ensino profissional.

A era da informática tem causado modificações extraordinárias que afetam diretamente todas as áreas do conhecimento. Quando se fala em educação, não se pode deixar de lado a informática em um ambiente educacional, tendo em vista que as tecnologias da informação fornecem valiosas ferramentas de aprendizagem para o dia-a-dia escolar.

O ensino profissional corresponde a terceira etapa da educação, e é concebida como uma política pública, propiciando um período de três a quatro anos de duração de curso, direcionado a jovens de segmentos sociais menos favorecidos. Essa modalidade de ensino atende de forma integral, propondo uma educação significativa, quantitativa e qualitativa.

Quanto aos referenciais teóricos metodológicos do estudo, adotou-se os pressupostos do estudo realizado, que tem como finalidade registrar, estudar, analisar e entender a partir dos pontos de vista dos sujeitos envolvidos. Foi feito também levantamento bibliográfico de autores que retratam o tema como: Aranha (2006), Filho (2005), Pacheco (2009), Romanelli (2007), Xavier (1994), Oliveira (2005), dentre outros, para melhor compreensão e aprofundamento do assunto retratado.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) teve como norte observar as seguintes questões: Como se deu as escolhas dos cursos técnicos? Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional? Quais os objetivos institucionais? O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?

Portanto, a presente monografia está constituída de três capítulos. O primeiro capítulo, aborda o contexto histórico da educação, desde a entrada dos europeus aqui no Brasil até os dias atuais. O ensino profissional técnico e superior é abordado no segundo capítulo, e no terceiro trata da análise dos dados coletados por meio de

questionário aplicados a 03 (três) gestores e 04 (quatro) docentes. Após a coleta dessas informações foi realizado um estudo detalhado, identificando os desafios, com isso apresentando uma proposta, e por fim as Considerações Finais referentes à pesquisa.

1 EDUCAÇÃO NO BRASIL.

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Ao longo dos anos educação vem passando por várias mudanças em estruturas e segmentos. O presente capítulo abordará assuntos referentes ao contexto histórico da educação no Brasil, com análise das diversas concepções teóricas.

As ampliações da educação no Brasil só podem ser abrangidas a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, desenvolvimento econômico e a estrutura do domínio político. Cada passo da história da educação brasileira passa por modificações culturais e com isso muitos valores culturais transmitidos acabam sofrendo com o progresso da demanda social do ensino, que, dia a dia, procura mais fortemente na escola os valores ditados pelo processo desenvolvimentos econômicos. Romanelli, (2007).

Partindo dessas palavras observa-se que o contexto histórico educacional brasileiro passa por diversas modificações, com o passar do tempo o ensino torna-se algo fundamental na vida cotidiana, assim fortalecendo desenvolvimento econômico e social.

A educação para o desenvolvimento, numa realidade completa, com é brasileira teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado dos desníveis. E pensar esse contexto: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está inverso. (ROMANELLI, 2007, p.23).

Nesse sentido a função da escola foi de ajudar a manter privilégio de classes, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismo de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de proporcionar as diversas camadas sociais sequer uma preparação para o trabalho.

Conforme a afirmativa de Romanelli (2007), as instituições educativas nascidas das necessidades de as gerações mais velhas transmitem às mais novas os resultados de sua experiência e, também, como o objeto de preservar e recriar esses produtos, sofrem todavia, na cultura transplantadoras, uma minimização de suas funções. E que o que se tem em vista, na cultura transplantada, é a imposição e

a preservação de modelos culturais importados, sendo, pois diminuta a possibilidade de criação e inovação culturais.

A escola torna-se um dos poucos lugares onde as pessoas encontram, de fato, a possibilidade de aprender como viver em grupo de forma independente e bem-sucedida. Precisamente aí reside o seu inverso valor social e ela encontra também o seu melhor método de atuação. (JULIATTO 2007: 21).

Segundo o autor a educação escolar promove a todo cidadão um amplo conhecimento, que ao longo tempo vem possibilitando a pessoa como interagir no meio social, e com isso transformando sua capacidade de aprender conviver em grupo de forma livre, assim permitindo sua capacidade de transformando literalmente sua vida profissional. Na época colonial, este tipo de ação escolar é também o instrumento do qual vai servir-se a sociedade nascente para impor e preservar a cultura transplantada. Do mesmo modo como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição dos territórios, da estratificação social,

O crescimento da demanda social de educação pode ser tomado como outro indicador de necessidades do desenvolvimento, uma vez que ele revela aspectos sociais do desenvolvimento, por traduzir o aparecimento e crescimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação. Para nós, constatar o crescimento da demanda escolar equivale a constatar o crescimento das necessidades sociais do desenvolvimento, no que toca à educação. (ROMANELLI, 2007, p. 27).

Nesse contexto o autor separa também que na relação entre desenvolvimento, parece-nos correto fazer-se a análise partindo da questão de saber que papel desempenham nessa relação as necessidades econômicas, a demanda social da educação e o resultado da pressão desses dois fatores, que se traduz pela oferta do ensino.

1.1.1 Breve Histórico Da Chegada Dos Portugueses Ao Brasil (Século XV E XVI)

No final do século XV, uma expedição organizada pelo rei de Portugal Pedro Álvares Cabral, quando chegaram ao Brasil, se depararam com povos nativos da Região chamados de “índios”. O primeiro contato entre portugueses e indígenas

ocorreu de forma pacífica, eles sabiam que precisariam da ajuda da população nativa para explorar o novo território e, desde o início passaram a presentear esses índios com objetos comuns na Europa, mas desconhecidos pelos nativos, como espelhos, pentes, anzóis, e machados de metal. Rapidamente eles se acostumaram com os novos objetos e, para obtê-los passaram desempenhar tarefas para os estrangeiros, como a extração do pau-brasil e o fornecimento de comida nativa da região como de caça, milho, mandioca, canoas etc.

Por levar mais tempo para encontrar metais no Brasil, de início a ação dos portugueses restringiu-se a extração do pau-brasil e a algumas expedições exploratórias. A partir de 1530 teve início a colonização, com o sistema de capitanias hereditárias e a monocultura da cana-de-açúcar. (...) A economia colonial expandiu-se em torno do engenho de açúcar, recorrendo ao trabalho escravo inicialmente dos índios e, depois, dos negros africanos. (...) (ARANHA, 2006, p.139).

Nesse sentido o entende-se que, com a chegada dos europeus no território brasileiro, a extração do pau-brasil, cana-de-açúcar entre outras riquezas, precisava de trabalhadores para prestar serviços aos portugueses. Nisso iniciando trabalho escravo, primeiramente os índios e em seguida negros trazidos da África.

De acordo com Aranha (2006), convém não esquecer que o Brasil era um domínio de economia agrônômica, cujo todo o lucro adquirido com essas vendas, ficava com os comerciantes no centro comercial, o que caracteriza uma capitalização de modelo agrário-exportador dependente. Portanto, ainda que os portugueses tivessem o direito da produção de açúcar no Brasil, todas as refinarias não eram estabelecidas naquele país mais na Holanda, Inglaterra e França.

Após alguns anos encontro entre os nativos e os europeus acabou por aniquilar quase que completamente a população indígena que vivia no litoral brasileiro. A maioria dos povos que sobreviveram até os dias atuais descendentes de grupos que residiam no litoral do Brasil, e que bem mais tarde entraram em contato com os europeus e seus descendentes.

1.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA NO BRASIL A PARTIR DE 1549.

Na primeira metade do século XVI, uma ordem religiosa foi formada por seis estudantes de teologia da Universidade de Paris, com o objetivo de contribuir com

as necessidades sociais da época sob-regência da igreja católica romana. Com isso o grupo de estudantes pretendia desenvolver trabalho de acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém ou em outra parte do mundo, onde a igreja católica o enviasse. Essa ordem religiosa ficou conhecida como “Companhia de Jesus” e seus componentes foram mundialmente conhecidos como jesuítas.

Inácio Loyola (1491-1556), militar espanhol basco, ao se recuperar de um ferimento em batalha, viu-se envolvido por súbito ardo religioso e resolveu colocar-se a serviço da defesa da fé, tornando-se verdadeiro “soldado de Cristo”. Fundou então a Companhia de Jesus, daí o nome jesuítas dado aos seus seguidores(...) (...) Para tanto os jesuítas se espalharam pelo mundo, desde a Europa, até a Ásia, a África e a América (...) Daí o traço marcante da influência dos jesuítas, a ação pedagógica que formou inúmeras gerações de estudantes, durante mais de duzentos anos de (de 1540 a 1773). (ARANHA, 2006, p.127).

Conforme a citação acima a fundamental finalidade desses jesuítas era converter a fé católica aos nativos das áreas descobertas. Assim iniciado o trabalho pedagógico no território brasileiro, formando inúmeras gerações de seguidores voltado não só para as áreas da pedagogia quanto para outras áreas de ensino religioso.

1.2.1 A catequização dos nativos “índios”.

Em primeiro momento, língua e os diferentes modos de viver distanciavam povos indígenas e jesuítas. Entre as muitas iniciativas para superar essa situação, estão as do padre José de Anchieta, a quem coube, por exemplo, uma codificação escrita das línguas indígenas, em especial as daquela pertencentes ao tronco Tupi, o que era mais falado no litoral naquela época.

Aranha (2006) também relata que com o espírito ativo, o padre Manoel da Nóbrega arranhou as estruturas do ensino, atento às condições novíssimas aqui deparadas. O primeiro jesuíta a aprender a língua dos nativos foi Aspilcueta Navarro, além disso o pioneiro na penetração nos sertões em missões catequizadora. A essas duas figuras veio se juntar em 1553, o noviço José de Anchieta, de 19 anos, que mais tarde se destacaria no trabalho missionário. Essa codificação foi feita com baseamento no alfabeto português e reunida no livro “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil”. Com ele, pôde-se ensinar aos jesuítas os idiomas dos povos indígenas, facilitando o trabalho de catequização.

De acordo com essas ideias com os índios catequizados, os jesuítas alcançaram enormes lucros, obtidos com exploração da do trabalho dos indígenas em atividades como o cultivo de diversos tipos de alimentos e criações de gado. Isso fez com que a Companhia de Jesus fosse um dos estabelecimentos mais poderosos da América portuguesa naquela época.

Para realizar a ação missionária com menos riscos e consolidar as conversões, foram criadas as missões localizadas no sertão, longe dos colonos ávidos de escravos. As principais ficavam ao norte do México, na orla das florestas Amazônica e no interior da América do Sul, em que se firmaram jesuítas portugueses e espanhóis. (ARANHA, 2006, p. 141)

Conforme essas palavras é possível perceber que as missões, como eram conhecidas espalharam-se por diversas partes do território colonial. Nesses lugares, além da fé cristã, os nativos aprendiam a forma de trabalhar a que os europeus estavam acostumados, algo fundamental para uma implantação de uma colônia e com isso começou a explorar bem essa área e logo após uma grande exportação de produtos agrícolas.

Segundo Xavier (1994), Os indígenas não aprendiam apenas uma nova língua, uma nova interpretação da via ou da morte; não ganhavam apenas um novo deus, trazido de longe para reinar com a pomba típica do mundo de onde vinha. Pelo sacramento do batismo, operava-se um renascer que alterava pela base a vida cotidiana daquela população nativa e a sua própria compreensão do significado da existência.

Diante disso, a cultura educativa da Colônia era fundamentada na oralidade. Nessa situação, o sermão escrito para ser lido no púlpito não era apenas o gênero literário mais adequado ao meio social, mais também uma espécie de ferramenta para a exposição das mais diferentes questões, sendo utilizado como educação dos ouvintes. Sendo assim, os proprietários de escravos, fossem os próprios escravos.

1.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA.

1.3.1 A Educação na era pombalina.

A Reforma Pombalina no Brasil aconteceu após a expulsão dos jesuítas em 1759. O Marques de Pombal introduziu no Brasil aulas das línguas modernas como

o francês, além de desenho, aritmética, geografia e ciências naturais as quais foram primordiais para a formação da grade curricular da educação brasileira (ARANHA 2006, p. 190). (...) Pombal instituiu cargo de diretor geral dos estudos e proibiu o ensino público e particular sem licença deste. Tornou indispensável a prestação de exames para todos os docentes e designou comissários para o levantamento de como a escola encontrava-se.

Nesse sentido provocou mudanças no currículo do ensino secundário tornando aulas avulsas, desarticulando o modelo fundamentado no Humanismo. Foi decisivo na criação de escolas para nobres e para as classes pobres com intuito de modernizar a sociedade brasileira e fortalecer a metrópole.

Já no final do XVIII, em 1798, o bispo Azevedo Coutinho abriu o Seminário de Olinda, em Pernambuco, sob a inspiração das ideias iluministas que absorvera como aluno da Universidade de Coimbra. Nesse seminário, destinado a formação de padres e educadores, deu-se destaque ao ensino das ciências, das línguas vivas e da literatura moderna. (ARANHA 2006, p.192)

De acordo com essa citação observa-se que por volta de 1798 podemos imaginar que os alunos que frequentavam esse tipo de formação trazida para o Brasil não era uma tarefa fácil. Pois os alunos estudavam não só ensino religioso e científico, mais também uma cultura diferente da qual não estavam habituados.

1.3.2 A Educação do Império a República.

Segundo Peres (2005) no momento em que Dom Pedro I, adquiriu o reinado do Brasil, transformações significativas na educação brasileira começaram a ocorrer. Instituições voltadas para fortalecer a cultura escolar foram criadas, escolas técnicas e universidades foram fundadas, nesse período surge Instituto histórico e Geográfico Brasileiro contribuindo significativamente para expandir o ensino e a pesquisa em nosso país.

Nesse sentido observa-se que no Brasil após Dom Pedro I, ter assumido o governo e educação brasileira começou a passa modificações expressivas. Nisso fortalecendo ainda mais a cultura escolar.

Mas, apesar dos pontos negativos, a Lei de 15 de outubro de 1827 foi a única tentativa de organização do ensino primário até 1946, quando, no

Ministério da Educação integrando o Governo Provisório do Dr. José Linhares, que respondia pela Presidência da República após a deposição de Getúlio Vargas, Raul Leitão da Cunha baixou o Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946, sob o rótulo de Lei Orgânica do ensino primário (CAMPOS E SILVA 2009, p.7).

Apesar disso no final do século XVIII, continuava no Brasil o alto número muito alto de analfabetismo e precariedade do ensino, predominando o ensino acostumado por valorizar especialmente a literatura, desprezando os conhecimentos e a atividade manual. No período colonial distinguir-se a oratória, embora a reforma pombalina fosse modificar-se a educação do século seguinte.

Segundo Aranha (2006), no decorrer do século XIX, houve a expansão das escolas públicas, o Estado passou a assumir a responsabilidade da escolarização. A educação elementar começou ganhar espaço contrário a tendência até então voltada para o nível secundário e superior. Nesse contexto surgiram diversas preocupações em preparar a criança para viver em sociedade, estimulando o bem estar social e educação, diante disso o século XIX foi importante por expandir o ensino técnico e disciplinas científicas

Portanto, observa-se nessas palavras que o no decorrer do tempo surgiram diversas preocupações e entre elas em preparar a criança para se socializar estimulando o bem estar social e educacional.

1.3.3 A Educação a partir da República

No processo educacional na primeira República foi marcada por priorizar a elites, para formação de diretores e líderes do país, baseado em um modelo educacional europeu formados na tradição iluminista, desse modo a elite republicana preocupava-se em criar métodos para beneficiar toda a classe estudante com maior domínio aquisitivo.

O plano curricular do ensino secundário, mediante a reforma B. Constant, sem a supressão do ensino tradicional o qual era baseado no estudo clássico do Latim e do Grego, anexou as ciências fundamentais em um curso de sete anos, na ordem em conformidade com a classificação estabelecida por Augusto Comte, através do positivismo. (FARIA FILHO, 2005).

Também é possível perceber que a educação no Brasil após a independência não priorizava a educação popular como objetivo, contudo seus interesses ficavam

apenas nos discursos ideológicos nascidos no momento difícil o qual passava o país. Com isso a educação do Ensino Superior representava o rompimento com a metrópole, por esse motivo era inacreditável que o Estado não formasse pessoas para integrar os seus quadros de administradores.

Ao fim do século XIX para o século XX, a escola republicana observou que era necessária a renovação dos saberes da educação popular. Em diversos países ocorria a transformação curricular. As disciplinas tradicionais de conhecimento na tríade, da leitura, escrita e cálculo aos poucos era defasada em vista das exigências do trabalho industrial. Dessa forma o currículo escolar deveria conter ciências naturais, físicas e sociais.

Com oito anos de duração, a nova escola primária ficaria dividida em três graus: o elementar e o médio, cada um com dois anos, e o superior com quatro. O dia escolar teria duração de aproximadamente seis horas, das quais eram destinadas cerca de quatro horas e trinta minutos para atividades de classe, se aí fossem incluídos os exercícios ginásticos (PERES 2005, P.17).

Conforme o autor o colégio republicano foi marcado por uma companhia elitista e cheio de direitos, que teria de mudar a forma de educação para receber um público de origem conhecida. Com isso a nervosismo baseava-se em conciliar a qualidade do ensino a escola pública.

Para Faria Filho (2005) “o princípio pedagógico que orienta o pensamento de Caetano de Campos é o da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica”. Campos é um livre pensador, fortemente influenciado pelos ideais liberais de sua época, à época ardorosamente pregados por Rui Barbosa.

Como assinala, mais uma vez, Faria Filho (2005): “[...] seu pensamento é fruto da vulgarização das obras dos naturalistas, historiadores da Educação e filósofos que no fim do século XIX europeu, utilizaram os conhecimentos científicos para combater a metafísica escolástica” Na memória encaminhada ao governador do Estado, propõe a seguinte estrutura vertical para o ensino público. O referido autor indaga também que: “1. Jardim de Infância para crianças de 4 a 6 anos de idade. 2. Escola de 1.º grau (primário) para crianças de 7 a 10 anos de idade. 3. Escola de 2.º grau para pré-adolescentes de 11 a 14 anos de idade. 4. Escola de 3.º grau para adolescentes de 15 a 18 anos de idade”.

Com base nesses dados podemos perceber que houve pouca mudança em relação aos dias atuais, os ensinos da educação infantil, fundamental menor, fundamental maior e 3º grau, que conhecemos hoje com ensino médio permaneceu o mesmo.

1.3.4 A educação no Brasil pós 1930.

A educação escolar no Brasil expandiu-se, intensificou a procura da escola pela população e cresceram as oportunidades educacionais, mas a estrutura escolar pouco sofreu modificações que afetassem positivamente a qualidade e quantidade de ensino que a sociedade necessitava.

Conforme Pedroza (2011), A revolução de 1930 marcou profundamente a melhoria no contexto educacional brasileiro, ao passo que após esse movimento foi criado o Ministério da Educação e a criação do capítulo que trata exclusivamente da educação na constituição de 1934, medidas também para diminuir o índice de analfabetismo mediante a criação do Movimento Brasil de Alfabetização em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 477, todas essas medidas sofreram modificações para melhorar a qualidade do ensino visando a educação para todos os cidadãos brasileiros

QUADRO 1. Evolução do crescimento populacional e escolarização no Brasil, da população de 5 a 19 anos, de 1920 a 1970. FONTE: ROMANELLI (2007, p.64)

Anos	População de 5 a 19 anos	Matrícula no Primário	Matrícula no Médio	Total de Matrícula	Taxa de Escolarização	Crescimento da População	Crescimento da Matrícula
1920	12.703.077	1.033.421	109.281	1.142.702	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37	203,71	755, 70
1970	35.170.644	13.906.481	4989.776	18.896.260	53,72	276,86	1.653,64

Portanto é possível perceber através desses dados a expansão do ensino após de 1920. Fica evidente que a expansão do ensino atingiu boa parte da população que era marginalizada pelo sistema, nota-se que o crescimento da

demanda social por educação trouxe mudanças significativas na área educacional, devido aos inúmeros esforços de educadores em conjunto com a sociedade foi possível que o Brasil melhorasse o seu sistema educacional.

De acordo com Souza (2007). Após incessante luta de educadores e sociedade em geral em busca da democratização da educação no país, é promulgada a constituição de 1988 em que consta no artigo 205 o acesso à educação a todos sendo o Estado e a família responsáveis por fazer a educação acontecer, ampliando-se o período escolar e a melhoria continua do ensino.

Isso constitui maior amplitude do esforço conhecido pela escolarização, trabalho consubstanciado na grande busca de escola, o que nos induz a ter uma ideia de que o Brasil alcançou progressos autênticos, tanto na multiplicação, quanto o no uso de suas soluções educativas.

1.4 EVOLUÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL A PARTIR DOS ANOS 1990.

Através de preceitos ideológicos da reforma do Estado começou a surgir mudanças no campo educacional, isto porque a reforma teve influência direta nas políticas educacionais que se adequaram as tendências de caráter mundial impulsionadas pelas agências de financiamento. Desse modo a política educacional do Brasil na década de 1990 previa a diminuição dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão.

O caráter descentralizador princípio da reforma educacional, consta na LDB nº 9394/96 que instruiu para o redimensionamento do sistema de ensino, através de novos referenciais de gestão, tendo por objetivo o aumento da produtividade e a democratização da educação formal (CASTRO e LAUANDE 2009,).

Em 18/03/1998, o Parecer CEE nº 67/98 aprova as "Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais O Capítulo II da "Organização Técnico-Administrativa" trata sobre o Núcleo de Direção que é integrado pelo diretor de escola e o vice-diretor, conforme consta no parágrafo único do artigo 62. O Artigo 63 esclarece que a direção da escola exercerá suas funções objetivando garantir:

- I - a elaboração e a execução da proposta pedagógica;
- II - a administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;
- III - o cumprimento dos dias letivos e horas de aula estabelecidos; (...)

(KLEBIS, 2010, p.71).

Essa e outras leis nos dá uma ideia que a parte administrativa das escolas garante uma sequência de funções que trazem benefícios para alunos. Assim deixando o país ou responsáveis pela criança ou adolescente uma impressão que que a escola é um lugar seguro que proporciona conhecimentos suficientes para que o aluno no futuro aluno possa ser um bom cidadão capaz de construir uma vida social com sucesso.

Antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96, a administração escolar era baseada em princípios da administração científica e Clássica, sustentada por princípios racionais, da concepção da influência estabelecida de fora pra dentro, conforme o sistema mecanicista baseado nas pessoas e recursos como meio para realizar os objetivos organizacionais de sentido limitado. A direção da escola era centralizada na figura do diretor, responsável pelo cumprimento das normas e regulamentos criados pelo sistema de ensino (CAMPOS e SILVA 2009).

Novos desafios se apresentaram na educação o que exigiu, e ainda exige, um papel de maior responsabilidade para o gestor escolar. O gestor escolar tem papel fundamental para a instituição de ensino. Ele é líder de uma grande equipe e deve estar preparado para lidar com as mais diversas situações escolares sabendo distribuir suas tarefas e coordenar seus funcionários de forma harmoniosa para que a equipe possa trocar experiências e trabalhar coletivamente na busca de maior sucesso no trabalho.

Toda escola apresenta uma série de desafios, com as reformas do Estado em 1990 o gestor escolar juntamente com sua equipe técnica e pedagógica tem o principal papel de comandar o ambiente escolar, ou seja, colocar ordem e resolver todos os problemas que aparem no decorrer do ano letivo.

Segundo Pedroza (2011), o artigo 1º da Lei nº 9.394/1996 “O processo educacional abrange todos os processos da formação desenvolvidos na vida familiar convivência humana por meio do trabalho, através de instituições de ensino e pesquisa, por meio de movimentos sociais e manifestações culturais”

As reformas educacionais foram marcadas pela influência das agências multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros. Os documentos formulados por essas agências, além de prescrever as

orientações a serem adotadas, também forjaram discurso justificador das reformas (MARONEZE e LARA 2009, p.54).

De acordo com essas ideias o Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar, são instrumentos indispensáveis para nova gestão, para se ter um bom resultado e haja o fortalecimento da gestão democrática, é necessário que seja estudado detalhadamente o verdadeiro papel social da educação e da escola, em virtude de preparar o cidadão para sua inserção na sociedade, na qual vivera como profissional de alguma área de atividade humana, exercendo seus direitos e cumprindo com seus deveres com dignidade.

Nesse contexto, é instituída legalmente pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, em seu artigo 14, conforme já ressaltado, a Gestão Democrática que terá como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Já o artigo 12 da LDBEN deixa claro quais são as principais incumbências dos Estabelecimentos de Ensino, evidenciando a intenção (pelo menos na lei) de abrir possibilidades para uma gestão mais democrática:

Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV. Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente
V. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
VI. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII. Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, em como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (BRASIL-LDB, 9394/96).

Portando nota-se que houve algumas mudanças no cenário educacional, no que se refere a gestão. O papel centralizador do diretor muda com a descentralização escolar, mediante a gestão pública, cria-se um conselho escolar responsável pela tomada de decisão ao lado do diretor e comunidade.

A gestão democrática descentralizada encontra diversos desafios no cenário atual da educação, é preciso buscar as práticas comumente utilizadas, visando o melhoramento contínuo da educação. Inovando para superar os problemas encontrados no dia a dia escolar. (SOUZA, 2007).

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

2.1 LEGISLAÇÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Segundo Pacheco (2009) a Legislação Educacional é constituída por duas naturezas: a primeira reguladora, em seguida regulamentadora. Diante de seu caráter, podemos derivar seu enfoque. Entende-se por legislação reguladora, quando é manifestada através de leis, sejam federais, estaduais ou municipais. A legislação regulamentadora, em detrimento não é descritiva, mas prescritiva com caráter próprio de práxis da educação.

LEGISLAÇÃO. Derivado do latim *legislatio* (estabelecimento da lei), é tomado em seu sentido etimológico para designar o conjunto de leis dadas a um povo. Era este o sentido primitivo da *lex data* ou das *leges datae* e dos romanos, significando as leis que eram dadas a uma cidade. Mas a legislação (*leges datae*) distinguia-se propriamente da *lex*, porque se mostrava regulamentos orgânicos, expedidos pelos magistrados, em face da outorga popular em que se viam investidos. E não se confundiam com a lei em seu exato sentido. A terminologia jurídica moderna não desprezou o conceito. E, por vezes, se emprega o vocábulo nesta acepção. É assim que se diz relativamente à Legislação Aduaneira, à Legislação do Imposto de Consumo, que significam a soma de regras instituídas regularmente a respeito de semelhantes matérias. Embora seja este o sentido mais próprio de legislação, é vulgar sua aplicação em acepção ampla para significar o conjunto de leis decretadas ou promulgadas, seja em referência a certa matéria ou em caráter geral: Legislação civil, Legislação brasileira (MIGUEL 2010, p.4).

Conforme essa afirmação o enfoque do termo genérico “legislação” para o imediato de leis foi um dos pontos que solicitou esclarecimento. A legislação escolar como um ordenamento jurídico específico no relacionado a outras ordens federais.

A legislação educacional têm sido uma das fontes periódicas daqueles que estudam a História da Educação brasileira. Manifestar-se um dos pontos de partida para a busca de caminhos que conduzam pelos labirintos da história educacional, mas precisa, no entanto, de contextualização e do apoio de conceitos chaves que permitam a sua explicação Miguel (2010). Com base Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com esta lei, é possível perceber que a educação escolar é direito não só do Estado, a família tem um papel fundamental que é acompanhar o processo ensino aprendizagem de seus filhos. Essa parceria é essencial. Portanto, sistema de ensino oferecida pelo governo de forma gratuita, seguem uma série de normas entre elas estão vinculação da experiência extraescolar, a valorização do profissional da educação, o respeito à liberdade.

Pacheco (2009) ressalta que o Plano Nacional de Educação – PNE – tem como finalidade a organização racional, lógica e eficaz do universo de ações educativas que devem ser concluídas num determinado país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu parágrafo primeiro do artigo 87 das Disposições Transitórias (Título IX), definiu ao Governo Federal, no prazo de um ano após a sua publicação, que conduzisse ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação.

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: I – Ministério da Educação (MEC); II – Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; III – Conselho Nacional de Educação (CNE); IV – Fórum Nacional de Educação (BRASIL 2014, p. 44).

De acordo com O PNE, por outro lado, igualmente está submetido a uma legislação que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Esta é a lei maior da educação e constitui as diretrizes para a sua organização nacional. Assim, todas as ações educativas implementadas nos setores federal, estadual e municipal, mesmo as regulamentadas por legislações específicas no estado e município, têm como menção a LDB. Esta Lei de Diretrizes prediz, ainda, a emissão de um PNE para o Congresso Nacional no limite culminante de um ano após sua publicação. Assim, da mesma forma que a edificação de uma casa, o PNE tem como referência uma legislação, no caso a LDB.

De acordo com Pacheco (2009). Por mais que seja importante priorizar o ensino fundamental, até para não condenar as gerações futuras às defasagens educacionais que são vivenciadas no presente, não se pode esquecer do ensino superior, da educação de jovens e adultos, do ensino especial, etc. Portanto, o PNE deve ter essa capacidade de articular simultaneamente o desenvolvimento e a oferta dos diversos níveis e modalidades da educação. As diretrizes e metas de um Plano Nacional de Educação têm relação direta com o projeto político e de

desenvolvimento que se quer para o país. Por exemplo, se é desejo dos dirigentes de uma nação a redução de sua dependência tecnológica em relação aos países industrializados, é fundamental que o governo invista em pesquisa para dotar novas universidades de maior capacidade de produção científica.

Diante dessa afirmação, observa-se que as é fundamental que o governo invista em pesquisas para poder atender todas as demandas em diversas modalidade de ensino, abrangendo os cursos de acordo com as necessidades de cada município e região.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL.

O contexto histórico do mundo tecnológico no Brasil consiste em várias experiências registradas no século XVIII e IX com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhadas para moradias onde, além da educação básica, aprendiam ofícios de tipografia, alfaiataria, carpintaria, e outros tipos de oficinas.

De acordo com Santos (2010). Um fato que modificou consideravelmente esse cenário foi a chegada em 1808 da família real portuguesa ao Brasil após sua fuga das tropas napoleônicas. Surgiu então a preocupação com a formação das elites dirigentes do território que passaria à condição de reino unido[...]. Os primeiros estabelecimentos públicos de ensino foram o Ateneu, em 1835 no Rio Grande do Norte, e os Liceus da Bahia e o da Paraíba, ambos em 1836[...]. Em 1837 foi criado o Colégio d. Pedro II com estrutura escolar, orgânica e seriada, dando o grau de bacharel em Letras e o direito ao ingresso no ensino superior sem a necessidade de exames para tal.

Nesse sentido é possível perceber que o sistema educacional tecnológico, já vem se destacando com passar dos anos, isso devido a ação da família real portuguesa. É importante ressaltar que em 1837 foi criada aqui no Brasil o Colégio D. Pedro II dando um grau de bacharel em letras para a sociedade, assim possibilitando as pessoas a ingressar no nível superior. Nos anos seguintes isso ganhou mais ênfase, e o ensino profissional tecnológico vem se destacando cada vez mais, principalmente com os avanços tecnológicos.

Conforme Kuenzer (2007), é a partir de 1909 que o Brasil, assume a educação profissional, assim criando cerca de 19 escolas de artes e ofícios em diferentes cidades, nesse contexto é um período em que o desenvolvimento industrial ainda não existia. O autor ressalta também que “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, desvalidos da sorte, retirando das ruas”.

Com base neste contexto, entende-se que é a partir do século XX, a educação profissional começa a ganhar espaço no território nacional. Onde o desenvolvimento industrial começava a se manifesta, com o passar dos anos essa modalidade de ensino, precisaria de meios para que a mesma se desenvolve-se de acordo com as necessidades.

Segundo a LBD (9394/96), em relação a educação profissional, ela será desenvolvida nas seguintes formas. “I – articulada com ensino médio; II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Destaca também:

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B desta lei, será desenvolvida de forma: I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer. a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de Inter complementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (BRASIL 2016. p,15).

Entende-se que, a educação profissional técnica de nível médio com base nessas palavras, tem o papel dirigir o estudante à ter uma habilitação profissional técnica de nível médio, oferecendo oportunidades educacionais de acordo com as realidades de cada região.

De acordo com Botton (2016), A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica já existe a mais de 100 anos, “desde sua criação, várias mudanças ocorreram no cenário político e econômico do Brasil e, como não poderia ser diferente, influenciou as políticas educacionais voltadas à Rede Federal e direcionou suas finalidades para atender a uma dada época”. Conforme o autor

ressalta, a Rede Federal de Educação Profissional vem passando por várias mudanças no decorrer dos tempos, tanto no cenário político quanto no econômico.

2.3 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR.

As universidades pioneiras foram em possessões da América, foram as espanholas, as quais eram instituições religiosas, que recebiam autorização do Sumo Pontífice, por meio da bula papal. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de ensino superior em seu território até meados do século XIX (OLIVEN 2002 et al, p.24).

Nesse sentido é possível perceber que as primeiras universidades no Brasil, eram instituições religiosas, e que naquela época o país não tinha condições de instalar o ensino superior devido ser considerado uma colônia. De acordo com Santos e Cerqueira (2009) é possível quatros fases da retrospectiva universitária:

1. Do século XII até o Renascimento, caracterizado como “período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.”
2. No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma.
3. A partir do século XVII, período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência.
4. No século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade. (SANTOS e CERQUEIRA 2009, p. 8)

Conforme essas indagações, a chegada do ensino superior no país iniciou-se sob forma de cadeiras que posteriormente foram substituídas por cursos, em seguida por escolas e faculdades de medicina, direito, engenharia, agronomia etc. Era inexistente estudos superiores de humanidades, ciências ou letras.

Porto e Regnier (2003) relata que a verificação das possibilidades de desenvolvimento do ensino superior no meio internacional, deve observar a evolução que as outras esferas da sociedade (políticas, econômica e cultural) as assumem e que atribuem um quadro de amplo do contexto atual e de meio circundante. Por mais que o ensino superior tenha certa autonomia em relação aos demais, mediante os seus bens específicos em disputas e suas relações de poder

próprias, o que evidencia que essa autonomia não é absoluta. Este é influenciado por outros setores da sociedade. Portanto a importância deve levar em conta as mudanças quando se engloba os cenários mundiais focalizados do ensino superior.

Partindo desse pressuposto, observa-se que o ensino superior tem uma certa autonomia em relação as demais modalidades de ensino e essas modalidades são influenciadas por outros setores da sociedade. No entanto, deve se levar em conta as modificações em relação os avanços mundiais.

Com o respeito ao desenvolvimento do ensino superior nas Américas, diferentemente do que ocorreu no Brasil, colonizados pelos portugueses, em suas colônias, os espanhóis transplantaram para o Caribe, já no início do século XVI, a primeira universidade (Santo Domingo, 1538) inspirada no modelo de Salamanca e até fins do século XVII se constituiu uma rede de mais de uma dezena de instituições públicas e católicas (SANTOS e CERQUEIRA 2009, p.12).

Nessa concepção o ensino superior nas Américas teve como Espanha sua precursora, um a vez que a primeira universidade foi concebida quando os espanhóis transplantaram para o caribe a universidade Santo Domingo inspirada no modelo de Salamanca que até meados do século XVII se configurou com uma rede de mais de uma dezena de instituições públicas e católicas.

Nota-se que o nível de superior teve uma evolução em números de acadêmicos, praticamente dobraram o tamanho no período de 20 anos: em 1975 eram pouco mais de 40 milhões, e em 1995 superou-se o número extraordinário de 80 milhões de pessoas (PORTO e REGNIER, 2003).

Quadro 2– Número de estudantes, 100.000 habitantes, região, 1980-1995. **Fonte:** PORTO (2003:15)

Região	1980	1985	1990	1995	Evolução em % 1980- 1995
Total Mundial	1.151	1.245	1.301	1.434	24,6
Regiões mais desenvolvidas	3.071	3.206	3.600	4.110	33,8
América do Norte	5.301	5.186	5.544	5.544	4,6
Ásia / Oceania	2.103	2.035	2.366	3.396	61,5
Europa	1.884	2.228	2.632	3.285	74,4
Países em transição	2.961	2.739	2.602	2.602	-12,1
Regiões menos Desenvolvidas	500	666	713	824	64,4
África Sub-sahariana	146	204	267	328	124,7

Estados Árabes	884	1.032	1.086	1.227	38,8
América Latina / Caribe	1.375	1.601	1.683	1.714	24,7
Ásia Oriental / Oceania	369	593	637	800	116,8
Ásia do Sul	428	519	542	610	42,5
Países menos Avançados	167	230	232	296	77,2

De acordo com esses dados é possível perceber que nos anos de 1980 a 1995 houve um grande avanço na procura por um curso de nível superior tanto nas regiões menos desenvolvidas até os países mais avançados. Isso nos dá uma ideia que a procura é grande de pessoas que querem engrajar em um curso de graduação ou pós-graduação.

Quadro 3 – Número de Estudantes (em milhões), por região, 1980-1995. Fonte: PORTO e REGNIER, (2003 :15)

Região	1980	1985	1990	1995
Total Mundial	51.160	60.296	68.665	81.745
Regiões mais Desenvolvidas	23.321	25.053	29.050	34.346
América do Norte	13.517	13.887	15.628	16.438
Ásia / Oceania	2.910	2.929	3.512	5.318
Europa	6.895	8.237	9.910	12.589
Países em Transição	11.317	10.882	10.716	10.790
Regiões menos Desenvolvidas	16.523	24.361	28.899	36.610
África Sub-sahariana	563	906	1.365	1.926
Estados Árabes	1.487	2.017	2.449	3.143
América Latina / Caribe	4.930	6.364	7.353	8.121
Ásia Oriental / Oceania	5.266	9.120	10.600	14.333
Ásia do Sul	4.063	5.535	6.456	8.004
Países menos Avançados	664	1.033	1.181	1.712

Neste segundo quadro também é possível perceber que muitos estudantes estão em busca de um curso superior. Nas regiões mais desenvolvidas no ano de 1980 a 1985, houve um grande avanço em um período de 5 anos, dez anos depois

esse número ficou ainda maior sendo que 1980 era de 23.321 milhões, e em 1995 esse número aumentou para 34.346 milhões. Essas mudanças ocorreram também nos países da África, na América Latina, Ásia do sul e Ocidental e nos países menos desenvolvidos.

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

A Educação especial atualmente vive um momento de revisão epistemológica, caracterizado pelo movimento da Educação inclusive. Este movimento é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais que foram se firmando ao longo da história, a, com relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência desse modo não se pode tratar o assunto sobre Educação Especial sem pensar na questão da deficiência. (OLIVEIRA, 2006).

De acordo com a história, as pessoas com deficiência foram segregadas, abolidas do convívio igualitário e, em alguns momentos, até exterminadas. No século XXI, observa-se, internacionalmente, um grande movimento de “inclusão” da pessoa com deficiência; aliás, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), começa a preocupação dos legisladores de diferentes países no sentido de garantir os direitos dessas pessoas, até então alijadas do convívio social. Hoje em dia a evolução desses direitos e as batalhas dos movimentos sociais têm implantado na agenda governamental a discriminação positiva reforçando as políticas afirmativas que asseguram os direitos das minorias das pessoas com necessidades especiais.

Segundo o Portal do MEC, em 10 anos o número de alunos matriculados com deficiência na educação superior aumentou gradativamente. A quantidade de matrículas de pessoas portadoras de deficiência na educação superior aumentou 933, 6%. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010 — 6.884 na rede pública e 13.403 no particular. O número de instituições de educação superior que atendem alunos com deficiência duplicou no período, ao superar 1.180 no fim do século passado para 2.378 em 2010 (POLHMAN, 2012).

A educação inclusiva é entendida como o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Nesse sentido, a ideia de

inclusão que se quer valorizar parte de uma filosofia que tanto reconhece quanto aceita e acolhe a diversidade em todos os aspectos da vida em comunidade. Ao pensar no ensino superior, parte-se da sua finalidade como a educação que vai desde a estimulação da criação cultural ao estímulo do conhecimento dos problemas existentes no mundo, de modo a que venha a prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade (OLIVEIRA et al 2016, p.300).

Partindo desse pressuposto, observa-se também que no Artigo 6º do Decreto nº 3.298/1999, engloba as diretrizes para a Política Nacional que dispõe da integração da pessoa Portador de Deficiência, que apresenta as diretrizes para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, os elementos constituem um movimento de aceleração das medidas inclusivas das PCD, que prevê iniciativas governamentais e adotando a reserva de vagas, de acordo com o parágrafo 1º do art. 37.

De qualquer modo, em se tratando da educação inclusiva no ensino superior, é indubitável que sua implementação depende primeiramente das condições criadas pelas universidades para receber adequadamente seus alunos com necessidades especiais de modo a que estes sejam incluídos no processo educacional, seja qual for a necessidade que ele apresente. Embora a maior parte das justificativas para a não educação inclusiva seja reportada a estrutura física das instituições de ensino, os estudos também têm demonstrado que a maior barreira para a inclusão escolar parte do despreparo dos agentes educacionais, dos professores aos gestores que não possuem formação, nem mesmo capacitação para lidar com esses alunos portadores de necessidades especiais (OLIVEIRA 2016, p.301).

Segundo Zimerman (2013). O Censo Nacional da Educação Superior (2005) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), evidenciou que havia naquele ano 11.999 alunos matriculados com deficiência no ensino superior brasileiro sendo 8.190 em instituições no ensino superior brasileiro indicava que havia naquele ano 11.999 matrículas de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro sendo 8.190 em instituições de iniciativa privada e 3.809 nas Públicas.

Quadro 4. Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Deficiência (2010). **Fonte:** ZIMERMAN (2013, p.29).

Nível	Total	Cegueira e surdo Cegueira	Baixa visão	Surdez	Def. Auditiva	Def. Física	Def. Múltipla	Def. Intelectual	Super dotação
Brasil	23.250	3.449	5.944	1.582	4.078	5.946	684	477	953
Pública	6.531	599	2.464	536	860	1.632	217	167	49

Federal	4.437	437	1.518	488	645	1.061	129	107	46
Estadual	1.861	146	902	36	172	464	82	55	3
Municipal	233	16	44	12	43	107	6	5	
Privada	16.719	2.850	3.480	1.046	3.218	4.314	467	310	904

De acordo com esses dados é possível perceber nas Instituições Federais, que servem de parâmetro para a UFABC, foram registradas somente 62 matriculados, destes, 37% com surdez, 26% com deficiência auditiva. Tais informações levam à conclusão que mais da metade (59%) desses estudantes possuem deficiência auditiva severa ou parcial, necessitando de ações específicas para surdos e ainda para os surdos cegos (6%). Valer ressaltar também que 21% dessas pessoas possuem deficiência visual.

Para tentar garantir o acesso de pessoas com deficiência à educação, há uma série de leis e normas no País. Entre elas está o decreto nº 186, de 2008, que ratifica o texto da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das pessoas com deficiência e afirma que os sistemas educacionais, em todos os níveis, devem ser inclusivos (POLHMAN 2012, p. 113).

De acordo com essas palavras, as pessoas com necessidades especiais existem uma série de leis e normas que garantem espaços para pessoas com deficiências atuarem no ensino superior. Com isso todos os sistemas de ensino superior privado ou público devem atender essas pessoas que por direto podem atuar na sua área de conhecimento desejada.

2.5 EAD - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

A Educação a Distância (EAD) é a modalidade ensino aberta que mais desenvolve nos dias atuais, pois este exemplo de educação aparece para atender essas novas demandas educacionais da sociedade moderna. As tecnologias podem trazer atividades e métodos pedagógicos e atendem os diversos costumes de aprendizagem. Podemos descrever com diferentes soluções tecnológicos que permitem as pessoas, independentemente de sua condição financeira, o acesso a uma instituição de ensino superior, técnica ou até mesmo pós-superior, sem sair de sua atual localidade. Afirma Sales (2011).

De acordo com Salles (2011), só no ano de 2002, a IES foi aprovada por uma portaria do MEC – decreto e parecer do mesmo ano - a ministrar Cursos de Pós-graduação lato sensu e cursos de extensão, na modalidade a distância, via Internet e pelo ambiente virtual Quantum.

Em 2003, a nova portaria aprovou a graduação a distância em: Economia, Secretariado Executivo e Administração com ênfase em Marketing de Empresas, enquanto instituição parceira da UVB. A experiência vivenciada motivou a IES a utilizar a EAD para apoiar os cursos presenciais de pós-graduação, graduação e sequenciais. Com isso, foi oferecido aos cursos um ambiente virtual de aprendizagem com ferramentas síncronas e assíncronas, no qual alunos e docentes gozaram das possibilidades de interação, envio e recebimento de materiais didáticos, nos períodos de 2003 a 2006 (SALLES, 2011).

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que promove a aprendizagem, ainda que alunos e professores estejam em tempos e espaços diferentes; mas vai muito além, é uma oportunidade de formação e inclusão social. (SALLES, 2011, p.07).

Nessa citação, é possível perceber que a educação à distância tem como foco principal a graduação a distância, tendo em vista a necessidade de atender a demanda que ainda precisa de formação superior. Dessa forma, o núcleo de educação a distância vem se reestruturando no contexto de uma política integrada às modernas concepções a respeito do ensino e da postura do educador no contexto sociocultural, político e econômico da atualidade, visando à formação de profissionais conhecedores dos problemas globais e, também, interessados na solução dos problemas nacionais, regionais e até mesmo locais.

Com isso a EAD vem ganhado espaço e possibilitando a facilidade oferecer qualquer graduação ou pós-graduação por meio virtual. Assim facilitando a vida de pessoas de toda parte do país a ingressarem no ensino superior com um preço mais acessível, justamente para chamar a atenção de pessoas interessadas.

3. ANÁLISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA- CAMPUS ITAITUBA.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Itaituba atua neste município desde o ano de 2009. Embora ainda em fase de desenvolvimento, a instituição tem procurado cumprir sua missão de “Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, formando cidadãos críticos, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento do contexto sociocultural, político, econômico e ambiental da Região do Tapajós”.

Em 2010, tomam posse os primeiros servidores do Campus, o que viabilizou o primeiro processo seletivo para formação de turmas para cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Tecnológicos.

No dia 01 de Setembro de 2011, acontece a inauguração oficial do prédio do IFPA – Campus Itaituba. Neste mesmo dia, o Prof. Dr. Juracy Correa Castro, tendo cumprido sua missão de implantar a instituição no município, passa o cargo de Diretor Geral para o Professor Dr. João Lobo Peralta. Também em 2011, como forma de coroar o final desta primeira etapa de fixação no município, esse Instituto entrega para a comunidade itaitubense os novos profissionais formados pelas primeiras turmas do E-tec Brasil; em 2014 concluíram seus cursos os alunos dos Cursos Tecnológicos Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Saneamento Ambiental; concluiu-se também os cursos ofertados através do PARFOR: uma turma de Licenciatura em Pedagogia ofertado no município de Novo Progresso e uma turma no município de Jacareacanga e uma turma de Licenciatura em Informática, ofertada em Itaituba. No decorrer dos anos de 2013 a 2015 o Campus ofertou através do Programa PRONATEC Cursos FIC em diversas modalidade: Monitor de recreação, Mestre de obras, Representante Comercial, Vendedor, Agente de Projetos Sociais, Auxiliar Administrativo, Horticultor Orgânico, Produtor de Embutidos e Defumados, Aplicador de Revestimento Cerâmico, Armador de Ferragem, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Programador Web, Operador de computador, Cuidador de Idoso, Cuidador infantil, Ajudante de

obras, Auxiliar de transbordo de Cargas, Cadista, Auxiliar de Recursos Humanos, Agricultor Familiar, Auxiliar de Secretaria escolar. O Programa Mulheres Mil em 2012 ofertou o Curso de Corte e Costura e em 2013 ofertou uma turma de Corte e Costura e duas novas turmas para os Cursos de Auxiliar de Cozinha.

Em 2015 ocorreu uma nova mudança na gestão, tendo o Professor Dr. João Lobo Peralta deixado a Direção Geral, passando o cargo a ser exercido pelo administrador Renato da Silva Jordão Filho. Em cumprimento ao Regimento Interno institucional e em conformidade com a Lei Federal nº11.892, de 29 de dezembro de 2008 e com o Decreto Federal nº6.986, de 20 de outubro de 2009, ocorreu em 06 de abril de 2016 o primeiro processo eleitoral para a escolha da nova Direção Geral do Campus, tendo sido eleito o servidor Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira ocupante do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, designado através da Portaria nº656, publicada no D.U.O. de 18 de abril de 2016.

No que se refere às ações de pesquisa, é assegurada a oferta de bolsas de iniciação científica, a realização de eventos internos e a participação de discentes e docentes em eventos externos de cunho científico. Por sua vez, os projetos extensionistas focalizaram as demandas da sociedade, possibilitando interferências nos mais amplos aspectos sociais através da realização de palestras, reuniões, visitas técnicas, treinamentos, cursos, abertura de vagas de estágio e disponibilização de bolsas.

O IFPA – Campus de Itaituba, mesmo atuando na educação profissionalizante prima pela relação escola/família, pois atualmente a habilitação profissional é sempre plena. Espera-se que essas instituições educacionais preparem profissionais que tenham aprendido a aprender e a gerar autonomamente um conhecimento atualizado, inovador, criativo e operativo, e que incorporem as mais recentes contribuições científicas e tecnológicas das diferentes áreas do saber, desenvolvendo suas competências profissionais, e todas essas habilidades e competências são desenvolvidas a priori no âmbito da relação familiar.

O Campus de Itaituba atualmente conta com três diretores, quarenta e sete professores e trinta e quatro técnicos administrativos, para atender uma demanda de alunos que está distribuída nos seguintes cursos: Integrados ao Ensino Médio: Técnico em Edificações, Técnico em Informática e Técnico em Saneamento; Cursos Superiores: Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema e Tecnólogo em Saneamento Ambiental; Especialização em Docência para a Educação Profissional,

Científica. Atualmente está com em vigor a oferta de cursos na modalidade FIC em parceria com a Prefeitura Municipal de Itaituba. O IFPA - Campus Itaituba irá ofertar no próximo semestre novos cursos regulares que são: Técnico Subsequente em Agroecologia e Superior em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.

3.2 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA.

O presente estudo se dá pelo levantamento bibliográfico que possibilitou abordagem didática e histórica do tema proposto. Um dos conceitos de uma pesquisa bibliográfica, Gil (1999) explica que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 1999, p.65).

Através dos dados bibliográficos se tem contato com outros trabalhos desenvolvidos nessa mesma linha de estudo que já se tornaram públicos, através de publicações em livros, artigos, revistas, etc. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade propor ao pesquisador contato direto com boa parte do que já foi escrito, sobre o tema proposto.

O presente estudo tem como base a pesquisa exploratória, pois tem a finalidade de proporcionar familiaridade com o problema, para torná-los mais explícito ou para construir hipóteses.

Nesta pesquisa foi utilizada a coleta de dados por meio de um questionário. Lakatos (2010) explica sobre como deve se direcionar uma pesquisa por um questionário.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável (LAKATOS, 2010, p.184).

Pelo questionário, podem-se obter respostas precisas, pois através desse método de coleta de dados, o entrevistado se sente livre para responder em razão do anonimato. Foram dez educadores que participaram de maneira tranquila. Após ficarem prontos, os questionários foram recolhidos para serem feitas as análises dos dados.

O procedimento de coleta de dados será entrevista, questionários abertos e fechados com três (3) gestores e quatro (4) docentes do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará -IFPA- Campus Itaituba. Após a coleta de dados, todos os questionários e entrevistas foram analisados detalhadamente e, por meio de quadro, serão feitas as análises.

3.3 RESULTADO DA PESQUISA – GESTORES

A pesquisa foi realizada com 3 gestores com idades de 31 a 46 anos todos do sexo masculino, para preservar identidade dos participantes utilizaremos G1, G2 e G3 (onde G= Gestores). O G1, Pedagogia, o G2 é formado em tecnologia em análise e o G3 é tecnólogo. Todos já trabalham na instituição a 7 anos, com 5 a 15 anos do tempo de serviço na educação.

Foi perguntado aos gestores: Em sua opinião quais os fatores determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste de Pará?

QUADRO 05: Em sua opinião quais os fatores determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste de Pará? **FONTE:** Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	A conjuntura econômica mundial (hegemonia do capitalismo) e o neoliberalismo tem uma sustentação na produção/comum. O mundo do trabalho sofreu alterações profunda, com o desenvolvimento de novas tecnologias... precisando de qualificação de trabalhadores... é uma nova sociedade.
G2	Principalmente o crescimento econômico observado no país na primeira década do anos 2000, o aumento da arrecadação federal oriundo da taxação de diversas atividades econômicas permitiu que o Governo Federal investir em áreas desassistidas.
G3	O baixo nível de escolaridade registrada nessa região, aliada a necessidades de formação profissional dessa população menos favorecida.

Conforme a pergunta citada acima o G1 relata que o mundo do trabalho sofreu várias alterações, assim precisando de mais qualificação profissional. Já o G2 diz que: após os anos 2000 o crescimento econômico no país permitiu que o

Governo Federal investissem em áreas mais carentes, e o G3 indaga que, o baixo nível de escolaridades aqui na região, o governo ofereceu formação profissional para as pessoas mais carentes.

De acordo com as respostas dos técnicos acima, é possível perceber que com os avanços tecnológicos no mundo cresceu nos últimos anos, e com o crescimento populacional o Governo Federal decidiu oferecer formação profissional a pessoas menos favorecidas, e com as novas mudanças as instituições precisam capacitar mais as pessoas para atuarem nesse tipo de modalidade de ensino.

Perguntou-se: Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?

QUADRO 06: Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará? **FONTE:** Gestores do IFPA-Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	O engrandecimento de classe trabalhadora (filhos) no mundo do trabalho (setor produtivo). Quando da criação dos (IFS) procuram -se estabelecer uma revolução na formação técnica dando ênfase a classe trabalhadora (popular)... criando uma instituição moderna e abrangente... superação das universidades... Portanto, politicamente se tem uma instituição com uma vocação para atender a classe trabalhadora das regiões rurais empobrecida do país.
G2	É fato que a criação da rede federal e sua expansão alcançou regiões antes legados ao esquecimento, contudo houveram critérios técnicos que passaram na decisão, podemos observar que a expansão priorizou a instalações de unidades municípios polos.
G3	A obrigatoriedade de reduzir as desigualdades sociais e regionais em comprimento aos objetivos fundamentais prescritos na Constituição Federal

A criação da rede federal e sua expansão alcançou regiões rurais, causando enriquecimento, contudo houveram alguns critérios técnicos que passaram por decisões, com isso a rede federal priorizou a instalações de unidades em municípios. Portanto, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais do país o governo implantou essas unidades prescritas na Constituição Federal. Assim atendendo todas as regiões do país.

Com isso é visível que perceber que os principais determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional no país, na visão dos gestores, foram principalmente minimizar as desigualdades sociais existente no país. Portanto podemos observar que a expansão priorizou instalações de redes de ensino em regiões que mais necessitam de uma formação profissional.

Perguntou-se ainda aos gestores: Como se deu as escolhas dos cursos técnicos?

QUADRO 07: Como se deu as escolhas dos cursos técnicos? **FONTE:** Gestores do IFPA-Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	Os cursos foram escolhidos de acordo com os arranjos produtivos locais, sempre ao longo prazo tendo a participação de representantes da sociedade civil, empresários, produtores rurais, trabalhadores... votando em uma audiência pública.
G2	Ao caso do campus Itaituba nos foi dito que houveram audiências públicas que apontaram as necessidades.
G3	Não opinou

Conforme as repostas, os cursos de formação profissional oferecidas, foram escolhidas de acordo com as necessidades regionais com a participação de representantes da sociedade civil, empresários locais, produtores da região, trabalhadores e etc., que apontaram as necessidades locais através de uma audiência pública.

Os cursos técnicos oferecidos pelo IFPA, aos alunos do município e região foram escolhidos através das necessidades que o município e região precisava para se desenvolver, através de uma votação com foi relatado acima, com membros de diferentes classes empresariais existente na cidade.

Perguntou-se: Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional?

QUADRO 08: Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional? **FONTE:** Gestores do IFPA-Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	Como sabemos os impactos na área da educação são sempre ao longo prazo. Entretanto percebe-se que na área da tecnologia da informação e comunicação (técnico em informática e TADS) temos uma entrada forte na região, possibilitando mudanças na TICS...
G2	Investimentos em educação em geral mostrar resultados a longo prazo, com apenas sete anos por que é prematura qualquer avaliação nesse sentido.
G3	Melhorias nas capacitações de profissionalismo para o ingresso no mercado de trabalho.

Os impactos na área de educação são sempre ao longo prazo. As áreas da tecnologia da informática e comunicação tem uma entrada muito forte no mercado. Com isso, o investimento em educação em geral apresenta sempre bons resultados. Nesse sentido, a capacitação profissional é uma porta de entrada no mundo trabalhista.

De acordo que essas informações contataram-se que, os impactos no desenvolvimento regional no Oeste do Pará trazido pelo IFPA sempre apresentam ótimos resultados em relação a educação técnica, nesse caso os alunos contemplados com esses cursos sempre terão um espaço no mercado trabalhista.

Foi questionado: Quais os objetivos institucionais?

QUADRO 09: Quais os objetivos institucionais? **FONTE:** Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	-Promover a educação profissional (técnica e tecnológica em todos os níveis de ensino (pós-graduação aos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC); -O PPP do campus aprofunda em objetivos e se propõe ser uma referência na região para na formação profissional, técnica e tecnologia.
G2	Os objetivos, metas, visão, valores estão descritos no PDI da instituição, disponível para consulta no site do IFPA.
G3	Dentre outros, ministrar educação profissional técnica do nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

Os objetivos institucionais, é promover a educação profissional aos níveis de ensino o projeto político pedagógico o PPP, propõem ser uma referência na região para a capacitação profissional. Com isso alunos concluintes do ensino fundamental, sendo regular ou EJA, tem a oportunidade de cursar um curso técnico gratuito.

Conforme essas respostas dos gestores, é possível identificar que os objetivos da instituição é promover educação profissional a alunos concluintes do ensino fundamental, melhorando de uma forma significativa a vida aos jovens com uma formação continuada oferecendo cursos técnicos de uma forma integrada específica.

Perguntou-se: Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente.

QUADRO 10: Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente **FONTE:** Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	Sim, na área de infraestrutura (Técnicos em Edificações) na área de informática (Técnicos em Informática), na área de agroecologia, a biologia e saneamento ambiental... O plano de desenvolvimento do Campus – 2018 a 2022, apresenta mudanças na oferta de cursos de modo especial para atender o contexto da região...
G2	Não opinou.
G3	Em partes. O mercado de trabalho apresenta uma demanda crescente de profissionais da área de tecnologia de informação.

O plano do desenvolvimento do Campus 2018 a 2022, apresenta alterações na oferta de cursos para poder atender a região, a área de infraestrutura, informática, saneamento ambiental, biologia e agroecologia. Nisso o número de profissionais nessas áreas aumentará conforme o passar dos anos.

Com o aumento populacional em nossa região é possível que aja um aumento também de profissionais em diversas áreas, com isso o mercado de trabalho será mais competitivo. Assim cabendo aos futuros estudantes, uma maior capacitação para poder atuar na sua área desejada.

Na sétima questão foi perguntado: Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA?

QUADRO 11: Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA? Comente **FONTE:** Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	A educação profissional é bem diferente educação geral o PPP do Campus busca implementar uma educação que supre o “Tecnicismo” e lança as bases pra contrariedade do estudo (verticalização) bem como considera o “sujeito” aprendiz como um total (Integral), buscar ultrapassa o mercado de trabalho para atingir o mundo do trabalho...
G2	Não opinou.
G3	Não opinou.

A educação profissional é bem diferente educação geral. De acordo com o Projeto Político Pedagógico PPP, o instituto busca praticar uma educação voltada sempre o “Tecnicismo” bem como ultrapassa o mercado de trabalho para atingir o mundo do trabalho.

Percebe-se que a concepção educacional adotada pela instituição, com base nesse único argumento foi direcionar os jovens para uma preparação profissional, incluindo essas pessoas no mercado de trabalho de acordo com os progressos regionais tecnológicos para que essas pessoas se tornem profissionais em diferentes áreas.

Foi perguntado: Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?

QUADRO 12: Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?
FONTE: Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	Superação do sistema S (SENAN – SESA – SENAR...) em formação profissional; Qualificação de profissionais pra atender a realidade regional; Entrada de alunos / processo seletivos Laboratório de Informática; Pesquisas aplicadas e gerais A ciência sendo utilizada na prática. Relação com a comunidade...
G2	De imediato percebe-se a disponibilidade, a oferta de cursos com boa estrutura, praticamente não vejo inovações consistentes.
G3	Não opinou.

Para atender essa demanda regional o IFPA, busca a qualificação profissional para poder suprir a realidade regional. Nesse sentido os alunos passam por um processo seletivo para poder atuarem na instituição, os alunos do IFPA tem acesso a laboratório de informática, aulas realizada não só na teoria mais também na prática.

Com base nesses dados percebe-se que existem uma variedade na oferta de cursos disponíveis na instituição, como também uma boa estrutura adequada para colocar em prática o aprendizado obtidos no decorrer do curso. Em contra partida, não foi observado inovações que possam superar a estrutura já existente, estrutura essa que já é considerada de boa qualidade.

Indagou-se: Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na instituição?

QUADRO 13: Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na instituição? **FONTE:** Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	O trabalho do profissional “PEDAGOGO” dentro da educação profissional, técnica e tecnológica.. (FFS) ainda é um grande desafio, já tivemos avanços a função foi regulamentada. Entretanto, a luta política para melhores condições de trabalho, para também pela qualidade de vida (redução da porrada de trabalho de 8 para 6 horas).
G2	O trabalho dos servidores administrativos é bastante ligado ao suporte da instituição, nesse caso havendo orçamento e boa vontade dos colegas e dos superiores estão satisfeitos os requisitos para um bom trabalho.
G3	Muitas das atividades e pretensões inovação do Campus depende do orçamento da União. Coma recessão que o país vem sofrendo, não só como produzir resultados satisfatórios. Mais recursos para educação é a solução

O trabalho do Pedagogo dentro da educação profissional consiste em grandes desafios. Mesmo já havendo consideráveis avanços para o profissional da área, ainda é grande a luta política por melhores condições de trabalho, como também por uma melhor qualidade de vida. O trabalho dos servidores é ligado ao

suporte da instituição, com isso os servidores estão satisfeitos com os requisitos do IFPA.

De acordo com as respostas dos gestores envolvidos, é possível visualizar, que o Governo Federal, já vem produzindo resultados apreciáveis para melhorias no âmbito técnico dos profissionais, igualmente como na edificação de uma melhor qualidade vida. No entanto, ainda não são observados resultados satisfatórios.

Finalizando a entrevista com os gestores, foi perguntado: O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?

QUADRO 14: O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará? **FONTE:** Gestores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

GEST.	RESPOSTAS
G1	Ele já é, talvez não se tenha tanta informação ou até mesmo os mecanismos de divulgação não sejam tão eficientes. O ensino médio integrado atendeu filho de trabalhadores no município e no ENEM existe um índice elevado de notas e aprovações em instituições públicas e privadas, aprovações em concursos, estão fazendo pesquisas no ensino médio, recebem bolsa do cnpq e bdc – PIBIC e PIBEX... - Professores -> Mestres e doutores...
G2	Acredito de certa forma já somos referência. Com o tempo isso fortalecerá
G3	Não opinou.

O Instituto Federal IFPA já é referência na região, talvez não se tenha tanta informação ou até mesmo os mecanismos de divulgação não sejam tão eficientes, O Ensino Médio Integrado atendeu filho de trabalhadores no município e no ENEM existe um índice elevado de notas e aprovações em instituições públicas e privadas, aprovações em concursos. Com o tempo isso fortalecerá.

Na ótica dos gestores, é possível identificar que o IFPA já é uma Instituição de referência profissional no município e região, devido a grande variedade de cursos oferecidos de acordo com as necessidades locais e regionais, e com o tempo isso ganhará mais força no âmbito profissional.

3.4 RESULTADO DA PESQUISA – DOCENTES.

Nesta seção apresentam-se os dados analisados dos referentes questionários submetidos à equipe docente que atuam no IFPA. No total de 4 docentes de idades entre 30 a 63 anos, sendo 3 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Para preservar a identidade dos professores, usaremos (D= Docentes (a). D1 é tem formação em

Doutorado, D2 é Mestre em Informática, D3 Engenheiro Civil, D4 Mestrado. Todos têm entre 1 a 7 anos de trabalho na instituição, com o tempo de 5 e a mais de 40 anos de trabalho na educação.

Iniciou-se a pesquisa com os docentes perguntando: Em sua opinião quais os fatores determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste de Pará?

QUADRO 15: Em sua opinião quais os fatores determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste de Pará? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	Como os Institutos Federais é um projeto do Governo sua expansão deu-se pelo fato das universidades públicas serem muito caras para o país e, não estarem atendendo o público mais necessitado neste século (2000) que é o ensino Médio e Técnico.
D2	Qualidade pequena da mão de obra especializada.
D3	A escassez de cursos voltados para o nível técnico e tecnológico.
D4	Acredito que seja pelo fato de minimizar as diferenças sociais e regionais.

Como os institutos é um projeto do Governo sua expansão deu-se pelo fato das universidades públicas serem muito caras para o país e, não estar atendendo o público mais necessitado. Após os anos 2000 o crescimento econômico no país permitiu que o Governo Federal investisse em áreas mais carentes, o baixo nível de escolaridades aqui na região, o governo proporcionou formação profissional para as pessoas mais desprovidos.

Conforme as respostas acima, é possível perceber que com os avanços tecnológicos no mundo cresceu muito nos últimos anos, e com o crescimento populacional o governo federal decidiu oferecer formação profissional pessoas menos favorecidas, e com as novas mudanças as instituições precisam capacitar mais as pessoas para atuarem nesse tipo de modalidade de educação.

Foi perguntado: Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?

QUADRO 16: Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	Os programas de expansão das universidades públicas do Pará não estavam cumprindo seus objetivos políticos (UFPA e UEPA) por isso o governo decidiu fazer expansão em nível nacional, considerando que os núcleos e extensões no interior não estavam atuando, ou seja, estavam preparando para a academia e não para o trabalho.
D2	A grande oportunidade de desenvolvimento da região e população,
D3	Um Governo Federal mais preocupado com esses tipos de cursos e formação profissional dessa região.
D4	Não opinou.

A expansão das instituições públicas do Pará não estava cumprindo seus objetivos políticos o Governo decidiu fazer expansão em nível nacional, considerando que os núcleos e extensões no interior não estavam atuando, ou seja, estavam preparando para a academia e não para o trabalho. Com isso oferecendo grande oportunidade de desenvolvimento da região e população.

Com isso é visível que perceber que os principais determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional no país, na visão dos docentes, foram sobretudo minimizar as diversidades sociais existente no país. No entanto, podemos observar que a expansão priorizou instalações de redes de educação em regiões que mais necessitam de um desenvolvimento profissional.

Foi perguntado: Como se deu as escolhas dos cursos técnicos?

QUADRO 17: Como se deu as escolhas dos cursos técnicos? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	Foram feitas várias audiências públicas em todo o país desde 2004 e no Pará a partir de 2008, essas audiências tinham a presença de educadores da região, de políticos e de técnicos com resultados de pesquisas realizadas com IDEB, PRICE, OMEP e outras entidades da educação.
D2	Por demanda, pública, colocada a escolha da população, realizada na câmara dos vereadores.
D3	Através de uma audiência pública provocadas pelos vereadores do município no ano de 2009.
D4	Nesse período de atuação aqui na instituição, não me informei ainda sobre esse assunto.

Várias audiências públicas em todo o país, essas audiências tinham a presença de educadores da região, de políticos e de técnicos com resultados de pesquisas realizadas com IDEB, PRICE, OMEP e outras entidades da educação. No município essas audiências ocorreram em 2009.

Conforme nesses questionamentos relatados observou-se que, os cursos técnicos oferecido pelo IFPA, aos alunos do município e região foram escolhidos através das indigências que o município e região precisava para se desenvolver, através de uma audiência com foi relatado acima, com membros de diferentes classes empresarias e políticos existente no município.

Perguntou-se: Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional?

QUADRO 18: Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	O IFPA trouxe impactos positivos para a região, pois vem contribuindo para preparação de jovens para o trabalho e para reflexões de pais e educadores no sentido de valorização a educação, o ensino e o que se esperar da sociedade atual.
D2	O aprimoramento em áreas do conhecimento, tais como na área de Tecnologia da Informação.
D3	Estar sendo gradativamente, pois sendo um IFPA novo no município esse impacto ainda não afetou bruscamente a região.
D4	No meu ponto de vista, IFPA contribuiu com a distribuição de cursos tecnológicos gratuitos para a sociedade mais carente.

Os impactos regionais estão sendo gradativamente positivos, pois sendo um IFPA novo no município esse impacto ainda não afetou bruscamente a região. Pois vem contribuindo para preparação de jovens para o trabalho e aprimoramento em áreas do conhecimento, tais como na área de Tecnologia da Informação contribuindo com a distribuição de cursos tecnológicos gratuitos para a sociedade mais carente.

Esses impactos na ampliação regional no Oeste do Pará trazido pela instituição, sempre exibem ótimos resultados em relação a educação profissional, nesse caso os estudantes contemplados com esses cursos sempre terão um espaço no mercado trabalhista.

Foi perguntado: Quais os objetivos institucionais?

QUADRO 19: Quais os objetivos institucionais? **FONTE:** Professores do IFPA-Itaituba (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	➤ Ser centro de excelência e referência na preparação profissional dos jovens. ➤ Ser marco de inovação científica desde o ensino médio. ➤ Ter uma parcela de responsabilidade na redução de jovens excluídos da escola.
D2	Ofertar ensino de qualidade e gratuito com ofertas de cursos a partir das demandas locais e reconhecimento das APL.
D3	- Explorar mas o ensino , pesquisa e extensão; - Ampliar mais a Instituição no âmbito regional; - Ampliar cursos na área técnica e tecnológica.
D4	Promover educação de qualidade gratuita, ajudando jovens a ter uma capacitação profissional para o mercado de trabalho.

Ofertar ensino de qualidade e gratuito com ofertas de cursos a partir das demandas locais. Assim promovendo educação de qualidade gratuita, ajudando jovens a ter uma capacitação profissional para o mercado de trabalho. Portanto havendo uma parcela de responsabilidade na redução de jovens excluídos da escola ampliando cursos na área técnica e tecnológica.

De acordo com esses dados, é possível identificar que os objetivos da instituição é promover educação profissional de qualidade a alunos concluintes do ensino fundamental, aperfeiçoando de uma forma significativa aos jovens com uma capacitação profissional continuada oferecendo cursos técnicos de uma forma integrada específica, sendo centro de excelência e referência na preparação profissional.

Foi indagado aos docentes: Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente.

QUADRO 20: Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente. **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	Esse é o problema que precisa ser revista. As pesquisas mostraram na época uma tendência de interesses para os cursos de informática, edificações e saneamento de nível técnico. Agora os interesses são outros, por isso estão direcionando para os cursos técnicos que ainda resistem ampliando um leque de cursos para preparação de nível superior. Assim vê-se que os arranjos produtivos locais não foram priorizados.
D2	Partes com o arranjos produtivos locais (APL) e parte com a demanda social.
D3	Sim, pois os cursos das áreas técnicas servem para aproveitamento da nossa região e a instituição estar em busca de novos cursos para atender as necessidades da nossa região.
D4	Sim, acredito que os cursos oferecidos aqui no IFPA, se associam com as necessidades de desenvolvimento do município e região.

Os cursos das áreas técnicas servem para aproveitamento dessa região, e a instituição estar sempre em busca de novos cursos para atender as necessidades

locais, nesse sentido associando com as necessidades do município e região. ampliando um leque de cursos para preparação de nível superior.

Com o crescimento populacional em no município região é possível que aja um aumento também de profissionais em diversas áreas, nesse sentido isso o mercado de trabalho será mais competitivo. Com isso, exigindo dos futuros estudantes, uma maior capacitação para poder atuar na sua área almejada.

Na sétima questão foi perguntado: Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA?

QUADRO 21: Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	O IFPA prima por uma concepção profissionalizante com base nos seus princípios educacionais de origem na preparação rápida do trabalhador. Entretanto, essa concepção tende a direcionar-se para o sócio interacionismo uma vez que agora está se voltando para os interesses locais.
D2	Uma educação integrada para formar profissionais éticos e cidadãos críticos que atuam no mercado de trabalho.
D3	Uma educação inclusiva e integrada, pois as políticas educacionais do IFPA estão cada vez mais voltadas para o modo regional e avançado.
D4	Não opinou.

O Instituto prima por uma concepção profissionalizante com base nos seus princípios educacionais de origem na preparação rápida do trabalhador, uma educação inclusiva e integrada, pois as políticas educacionais do IFPA estão cada vez mais voltadas para o modo regional e avançados para formar profissionais éticos e cidadãos críticos que atuam no mercado de trabalho.

Percebe-se que a concepção educacional adotada pela instituição, com base nesses argumentos foram direcionar os jovens para uma preparação profissional rápida, incluindo essas pessoas no mercado de trabalho de acordo com os avanços regionais tecnológicos.

Oitava questão: Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?

QUADRO 22: Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?
FONTE: Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	A implantação do IFPA trouxe avanços no sentido de ter uma educação volta para o trabalho e o que há de inovação é a preparação e iniciação do jovem na ciência e tecnologia.
D2	Formação de mão de obra especializada para áreas de demanda social, além de profissionais (Alunos e Professores) que auxiliam parceiros na resolução de problemas reais da cidade e região.
D3	Mais mão-de-obra profissionalizante, cursos que atendem a região, esperando aumentar cada vez mais esses fluxos para poder atender os municípios vizinhos, relacionado a pesquisa e extensão.
D4	Preciso me informar com a gestão administrativa para poder opinar.

A implantação do IFPA trouxe avanços no definição de ter uma educação volta para o trabalho e o que há de inovação é a preparação e iniciação do jovem na ciência e tecnologia, Mais mão-de-obra profissionalizante, cursos que atendem a região, esperando aumentar cada vez mais esses fluxos para poder atender os municípios vizinhos.

Com base nesses argumentos, compreende-se que existem uma variedade na oferta de cursos disponíveis na instituição, como também uma boa estrutura adequada para colocar em prática o aprendizado obtidos no decorrer do curso. Entretanto, trazendo formação de mão de obra especializada para áreas, além de profissionais que amparam companheiros na resolução de problemas reais no município e região.

Foi indagado aos docentes: Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na instituição?

QUADRO 23: Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na instituição? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	A principal necessidade que deve ser atendida é o respeito e valorização dos professores pelos gestores. A instituição promove os profissionais que ainda não tem bagagem, nem experiência e menospreza os que tem maior grau de formação argumentando que os alunos precisam de técnicos.
D2	Maior investimento, por parte do Governo Federal e maior força de vontade da população para vencer a distância e demais adversidades até a chegada ao IFPA.
D3	Uma estrutura melhor para as aulas laboratoriais e um a juste mais adequado nos PPC's dos cursos.
D4	Não opinou.

A principal necessidade que deve ser atendida é o respeito e valorização dos professores, pelos gestores. Propor investimento, por parte do Governo Federal e maior força de vontade da população para vencer a distância e demais adversidades

até a chegada ao IFPA, com uma estrutura melhor para as aulas laboratoriais e um ajuste mais adequado nos PPC's dos cursos.

De acordo com essas respostas relatadas pelos docentes sobre as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento para o trabalho na instituição, observou-se que, falta mais valorização dos professores pelos gestores, como também maior investimento por parte do Governo, um ajuste mais adequado e uma estrutura melhor principalmente nas aulas laboratoriais.

Para finalizar a entrevista foi perguntado: O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?

QUADRO 24: O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará? **FONTE:** Professores do IFPA - Itaituba/Pará (2018)

DOCE.	RESPOSTAS
D1	Basta que os profissionais sejam valorizados pelo seu grau de conhecimento, formação e dedicação e não por fisiologismo, ou seja, pela política interna que prioriza os profissionais que não gostam dar aulas e fazem qualquer coisa para ocupar cargos e funções mesmo que estejam prejudicando o IF, os alunos e os colegas.
D2	Aumentado investimento para a instituição.
D3	Um maior investimento na educação pública Federal pelo Governo e uma formação de capacitação para os funcionários.
D4	No meu ponto de vista, abranger a variedade de cursos técnicos ofertados por essa instituição.

Basta que os profissionais sejam valorizados, como também maior investimento na educação pública Federal pelo Governo e uma formação de capacitação para os funcionários, para poder abranger a variedade de cursos profissional oferecidos nesta instituição.

Na concepção dos docentes entrevistados, é possível identificar que o IFPA já é uma Instituição de referência profissional no município e região, devido a grande variedade de cursos oferecidos de acordo com as indigências locais e regionais. Entretanto observou-se que os profissionais sejam valorizados pelo seu grau de formação, mais capacitação para os funcionários e aumentar a variedade de cursos.

3.5 PROPOSTA

Durante a coleta de dados observou-se algumas dificuldades como, a falta da valorização dos profissionais, mais capacitação para os docentes e demais funcionários que atuam no instituto, maior investimento por parte dos órgãos responsáveis em relação a estrutura física como melhoria nas aulas laboratoriais e

abranger mais os cursos técnicos oferecidos pela instituição. Observa-se que, ainda existe uma luta política para melhores condições de trabalho na busca pela qualidade de vida.

De acordo com esses e outros problemas encontrados é possível perceber que o trabalho dos profissionais dentro da instituição consiste em vários desafios. Portanto, necessita-se maior investimento por parte do Governo Federal e que os profissionais da instituição de uma forma geral, sejam valorizados independentemente do seu cargo. Como também uma formação continuada para os professores que atuam nessa instituição.

Espera-se que, com essas análises de estudo os órgãos responsáveis possam intervir nessa unidade de ensino, para que dessa maneira minimizem as problemáticas encontradas, possibilitando assim, uma estrutura adequada para os alunos, e a valorização dos profissionais. Pois é de fundamental importância que aconteça de fato, não somente no papel, como também colocar em prática. Assim possibilitando um ambiente agradável tanto para os funcionários de uma forma geral, quanto para os alunos que atuam nessa instituição, dessa forma é possível que aja um bom rendimento de forma integral.

CONCLUSÃO

O ensino profissional regulamenta-se em várias legislações, entre elas no capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigos 39 ao 42, trata da Educação Profissional. Em seu Art. 39, cita que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). Portanto, este novo modelo educacional é concebido como uma política pública nacional, principalmente para incluir jovens que fazem da demanda populacional menos favorecida. Fortalecendo meios necessários para que possam ser inseridos no mercado de trabalho. Sendo assim, o ensino profissional é uma modalidade de ensino respaldada por lei, portanto procurando atender alunos de forma integral. Nessa perspectiva, esta monografia propôs em discursão analisar como se deu o processo histórico o IFPA.

Realizou-se estudos de vários autores que enfatizam sobre o tema discutido, levando em considerações as suas necessidades nos contextos políticos, econômicos e socioculturais. A Educação Profissional e Tecnológica está sendo convocada não só para receber às novas configurações do mundo do trabalho, além disso, para cooperar para a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Diante dos estudos desenvolvidos, pode-se concluir que depende dos governantes públicos o melhoramento da instituição não só na estrutura física como também de uma valorização dos profissionais e uma formação continuada voltada para os professores envolvidos, dessa forma elevando a construção do conhecimento.

A partir das análises feitas por meio de relatos da equipe gestora e docente do Instituto Federal de Educação, Ciências e tecnologia do Pará - IFPA. Constatou-se que por mais que a instituição utilize os recursos dos programas, ainda falta muito recursos e investimento na parte infra estrutural e capacitação profissional para os funcionários envolvidos. Assim prestando um atendimento de boa qualidade para o alunado.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. -3.ed. – ver e ampl- São Paulo : Moderna 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação; n. 254).

BRASIL, Ministério Da Educação E Cultura/Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica. **Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2008.

BOTTON, Elis Angela - STURMER, Artur Breno. **Contribuições do Geógrafo e dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia na Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2016.

CAMPOS, Marli/ Neide de Melo Silva Aguiar. **Gestão escolar e suas competências: um estudo da construção social do conceito de gestão**. 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo – Maria de Fátima Ribeiro Franco Lauande. **A descentralização como componente da gestão educacional**. 2009.

FILHO, João Cardoso Palma **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**: 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

KLEBIS, Augusta Boa Sorte Oliveira/ **Concepção De Gestão Escolar: A Perspectiva Dos Documentos Oficiais E Dos Programas De Formação Continuada De Diretores De Escola No Estado De São Paulo – 1990/2009**: 2010.

KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio**: contruindo uma proposta para os que viv em do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2010.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti - Ângela Mara de Barrosa Lara. **Política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de estado**. 2009.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Legislação Educacional: Uma Das Fontes De Estudo Para A História Da Educação Brasileira** – 2010.

MONTALVÃO, Sérgio. **Educação na ordem constitucional brasileira: da monarquia à república**. 2011.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. **Legislação Educacional Como Fonte Da História Da Educação Brasileira / UNICAMP** 2005.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz et al. **A Inclusão de Pessoas com necessidades especiais no ensino superior** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, Abr.-Jun., 2016.

OLIVEN, Arabela Campos et al. **Educação Superior No Brasil**. IESALC – Unesco – Caracas Porto Alegre – Brasil Novembro de 2002.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. **Legislação Educacional**. – Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

PAHLMAM, Nadiesca. **A Superação De Pessoas Com Necessidades Especiais No Ensino Superior**. 2012.

PEDROZA, Sâmia. **A evolução da educação: necessidade de uma nova gestão escolar** : 2011.

PERES, Tírsa Regazzini. **Educação Brasileira no Império**. UNESP: 2005.

PORTO, Claudio, Régnier Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 Uma Abordagem Exploratória** 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira/**História da Educação no Brasil** : (1930/ 1973) - 31 ed. Petrópolis, RJ : VOZES, 2007.

SALLES, Adriana Amaral Flores et al. **Educação A Distância E Educação Especial No Ensino Superior: Duas Modalidades, Um Caminho Campo Grande**, 2011.

SANTOS, Adilson Pereira Dos - CERQUEIRA Eustaquio Amazonas De. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. Florianópolis – Brasil 2009.

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve Histórico Do Ensino Médio No Brasil**. [Seminário Cultura E Política Na Primeira República: Campanha Civilista Na Bahia]. Julho de 2010.

SOUZA, Débora Quetti Marques. **Gestão democrática da escola pública: desafios e Perspectiva** : UFPE 2007.

XAVIER, Maria Elizabete Sanpaio Prado. **História da Educação: A escola no Brasil** – São Paulo : FTD, 1994. – (Coleção Aprender & Ensinar).

ZIMERMAN, Artur. **Ações afirmativas e a educação para pessoas com deficiência.** Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

APÊNDICES



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Itaituba - FAI, intitulado “ANALISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO-IFPA-CAMPOS ITAITUBA”, sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração.

QUESTIONÁRIO DOS GESTORES

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

1.6 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

[] Menos de 1 ano

[] 1 a 4 anos

[] 5 a 9 anos

[] 10 a 14 anos

[] Mais de 15 anos

2 QUESTÕES SOBRE O TEMA

2.1 Em sua opinião quais os determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?

2.2 Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?

2.3 Como se deu as escolhas dos cursos técnicos?

2.4 Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional?

2.5 Quais são os objetivos institucionais?

2.6 Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente.

2.7 Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA?

2.8 Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?

2.9 Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na Instituição?

2.10 O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Itaituba - FAI, intitulado “ANALISE HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO-IFPA-CAMPOS ITAITUBA”, sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração.

QUESTIONÁRIO DOS DOCENTES

2. IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1 Nome: _____
- 1.2 Idade: _____
- 1.3 Sexo: () masculino () feminino
- 1.4 Formação: _____
- 1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

1.6 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

- [] Menos de 1 ano
- [] 1 a 4 anos
- [] 5 a 9 anos
- [] 10 a 14 anos
- [] Mais de 15 anos

2 QUESTÕES SOBRE O TEMA

2.1 Em sua opinião quais os determinantes socioeconômicos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?

2.2 Em sua opinião quais os determinantes políticos que estimularam a expansão da rede federal de educação profissional, em especial na região Oeste do Pará?

2.3 Como se deu as escolhas dos cursos técnicos?

2.4 Quais os impactos do IFPA no desenvolvimento regional?

2.5 Quais são os objetivos institucionais?

2.6 Os cursos atuais do Campus Itaituba estão em consonância com os arranjos produtivos locais? Comente.

2.7 Qual a concepção de educação adotada pelo IFPA?

2.8 Quais os avanços obtidos com a implantação do IFPA e o que há de inovação?

2.9 Quais são as necessidades que devem ser satisfeitas para o desenvolvimento pleno de seu trabalho na Instituição?

2.10 O que precisa acontecer para que o IFPA torne-se referência em educação profissional no Oeste do Pará?

Cardoso, Cleyton.

Análise Histórica Da Implantação Do Instituto Federal De Educação, Ciências E Tecnologia Do Pará - IFPA- Campus Itaituba: Olhares de gestores e docentes. / Cleyton Cardoso. Itaituba: FAI, 2018.

62 f.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Plena em Pedagogia – Faculdade de Itaituba, 2018.

1. Instituto de Educação. 2. Pedagogia. I. Dhemesbraene Soares da Silva II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2018.